



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

BIBLIOTECAS E A EFETIVAÇÃO DAS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008: OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Vanessa Levati Biff¹
Daniel Conte²

RESUMO: Este estudo analisa as Políticas de Desenvolvimento de Coleções (PDCs) das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com foco na efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que determinam a inclusão da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, integra uma tese de doutorado em andamento e fundamenta-se na análise documental de 25 PDCs disponibilizadas publicamente, levantadas em 2023 entre os 38 Institutos Federais. A análise de conteúdo, orientada por Bardin (2016), considerou a presença das leis, a existência de diretrizes afirmativas e os critérios de desenvolvimento de acervo. Os resultados indicam a predominância de critérios técnicos de caráter administrativo e valorativo, sem menções explícitas às legislações ou ações afirmativas. Conclui-se que as PDCs analisadas adotam uma suposta neutralidade que contribuem para a invisibilização de saberes subalternizados, o que evidencia a necessidade de reformulações desses documentos.

Palavras-Chaves: Política de desenvolvimento de coleções; Bibliotecas; Lei nº 10.639/03; Lei nº 11.645/08; Institutos Federais.

INTRODUÇÃO

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representam marcos importantes das políticas públicas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial no Brasil. Ao estabelecerem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos, essas legislações visam combater o racismo estrutural, ampliar o repertório cultural dos estudantes e promover a reparação simbólica de trajetórias historicamente marginalizadas (Brasil, 2003, 2008). Contudo, a efetivação dessas leis demanda ações estruturadas que ultrapassam o campo estrito do currículo, envolvendo também as bibliotecas, uma vez que estas são responsáveis por prover os recursos informacionais que subsidiam o ensino e a aprendizagem. Nesse cenário, a composição e a gestão dos acervos tornam-se dimensões centrais para a efetivação das diretrizes legais, pois influenciam diretamente o acesso a diferentes perspectivas epistemológicas e culturais.

Nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a seleção e aquisição de obras são orientadas por documentos institucionais denominados Políticas de Desenvolvimento de Coleções (PDCs). Esses documentos normatizam os critérios de construção dos acervos e

¹Doutoranda pela Universidade Feevale. Orcid: 0000-0003-0868-5123 E-mail: vanessalbiff@gmail.com.

²Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orcid: 0000-0002-4251-3299 E-mail: danielconte@feevale.br



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

refletem concepções institucionais sobre o que deve ser preservado, difundido e reconhecido como conhecimento (Vergueiro, 2010). Diante disso, este estudo propõe analisar as Políticas de Desenvolvimento de Coleções das bibliotecas dos Institutos Federais, com foco em sua relação com a efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.

METODOLOGIA

Esta pesquisa possui caráter qualitativo, de natureza exploratória, fundamentando-se na análise documental de Políticas de Desenvolvimento de Coleções (PDCs) de bibliotecas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O objetivo dessa análise foi compreender como essas políticas institucionais abordam as diretrizes estabelecidas pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, especialmente no que se refere à inclusão de obras de autoria negra, indígena e de matriz africana nos acervos das bibliotecas. A investigação integra uma tese de doutorado em andamento, cujo foco é a análise crítica da colonialidade e da branquitude na conformação dos acervos bibliográficos dessas instituições.

A seleção dos documentos para análise considerou a disponibilidade pública das PDCs nos portais institucionais dos Institutos Federais. O levantamento foi realizado em 2023, mediante consulta sistemática aos sites oficiais dos 38 Institutos existentes no país. Desse total, apenas 25 disponibilizavam suas PDCs de forma acessível e integral, sendo esses documentos os que compuseram o corpus da análise. A amostra foi composta pelas PDCs dos seguintes Institutos: IFAC, IFAM, IFAP, IFPA, IFPI, IFBA, IFTO, IFRO, IFCE, IFAL, IFB, IFPE, IF Goiano, IFMS, IFRJ, IFES, IFMG, IFRS, IF Sudeste MG, IFSULdeMinas, IFSP, IFPR, IFSC, IFC e IFFAR.

A análise dos documentos foi conduzida com base no método de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), permitindo a identificação, categorização e interpretação de elementos textuais recorrentes ou ausentes nos documentos. Para tanto, foram definidos três eixos principais de análise: (1) a presença explícita ou implícita das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 nos documentos normativos; (2) a existência de diretrizes afirmativas voltadas à diversidade étnico-racial no desenvolvimento dos acervos; e (3) a predominância de critérios técnico em detrimento de critérios voltados à representatividade epistêmica e cultural.

Como suporte teórico-analítico, mobilizaram-se os conceitos de colonialidade do saber (Mignolo, 2020; Quijano, 2005), epistemicídio (Santos, 1998), ecologia de saberes (Santos,



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

2007), branquitude (Bento, 2022), em articulação com a Biblioteconomia (Chiu; Ettarh; Ferretti, 2021; Espinal, 2001; Garcês-da-Silva *et al.*, 2024). A metodologia adotada possibilitou identificar, de forma crítica e contextualizada, as implicações simbólicas e políticas das PDCs na conformação dos acervos das bibliotecas dos Institutos Federais, considerando o compromisso legal e ético com uma educação decolonial e antirracista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das 25 Políticas de Desenvolvimento de Coleções (PDCs) permitiu identificar padrões recorrentes na formulação dessas diretrizes institucionais, bem como lacunas significativas no que se refere ao compromisso com a efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. De modo geral, observou-se a predominância de critérios técnicos de natureza administrativa e valorativa, voltados, respectivamente, à adequação dos materiais à demanda dos cursos ofertados e à avaliação da relevância das obras com base em sua autoridade, reconhecimento institucional e relação custo-benefício, sem a incorporação explícita de princípios de diversidade étnico-racial ou de diretrizes afirmativas voltadas à ampliação da representatividade nos acervos.

Em nenhum dos documentos analisados constatou-se menções as leis federais ou ações afirmativas de modo a contemplar obras relacionadas à cultura afro-brasileira, africana e indígena, o que revela uma desconexão entre as normativas educacionais antirracistas e os instrumentos internos de gestão dos acervos. Essa ausência não pode ser interpretada como mera omissão, mas como parte de um processo mais amplo de manutenção de uma lógica epistêmica centrada na branquitude como padrão de universalidade e neutralidade (Bento, 2022).

Ao normatizarem as práticas de seleção e aquisição, as PDCs operam escolhas que moldam o que será reconhecido, legitimado e disseminado como “conhecimento válido” no espaço institucional. Quando tais políticas ignoram as determinações legais que buscam reparar desigualdades históricas e promover epistemologias subalternizadas, acabam por reforçar processos de epistemicídio, isto é, a invisibilização e deslegitimação de formas de saber produzidas por sujeitos negros, indígenas e periféricos (Santos, 1998; Quijano, 2005).

A ausência de critérios afirmativos nas PDCs também revela a persistência da lógica de neutralidade existente no campo da Biblioteconomia (Chiu; Ettarh; Ferretti, 2021; Garcês-da-



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

Silva *et al.*, 2024), o que dificulta a inserção de obras que rompam com o cânone tradicional e que tragam outras perspectivas de mundo. A sub-representação de autores negros e indígenas nos acervos não se deve apenas à escassez de produção, mas sobretudo à ausência de políticas intencionais de valorização, seleção e circulação desses saberes.

Nesse sentido, os resultados evidenciam a necessidade urgente de revisar criticamente as PDCs dos Institutos Federais, incorporando critérios interseccionais que considerem raça, etnia, gênero, território e outros marcadores sociais na construção dos acervos. Isso implica reconhecer que a biblioteca, longe de ser um espaço neutro, é uma arena de disputa simbólica, onde se definem os contornos do que será lembrado, estudado e legitimado pelas gerações presentes e futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das PDCs das bibliotecas dos Institutos Federais evidenciou a persistente lacuna entre os marcos legais das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e as práticas normativas que orientam a constituição dos acervos. A ausência de menções explícitas às referidas leis, bem como a prevalência de critérios técnicos dissociados de diretrizes afirmativas, revela a naturalização de uma lógica de neutralidade que, na prática, contribui para a reprodução de epistemicídios e para a manutenção da branquitude como referência normativa nos processos de seleção e legitimação do conhecimento.

As PDCs, ao regularem os critérios de escolha do que deve ser incluído, descartado ou atualizado nas coleções, operam como dispositivos simbólicos que configuram, silenciam e hierarquizam saberes. Quando desprovidas de orientações voltadas à diversidade epistêmica e étnico-racial, essas políticas institucionalizam o apagamento de produções afro-brasileiras, indígenas e de outras matrizes subalternizadas, mesmo em contextos institucionais cuja missão pressupõe o compromisso com a inclusão e a pluralidade, como é o caso dos Institutos Federais.

Frente a esse cenário, torna-se urgente a reformulação crítica das PDCs de modo a incorporar princípios de justiça cognitiva, interseccionalidade e representatividade. A efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no campo das bibliotecas requer não apenas o cumprimento formal das normas, mas a construção de políticas intencionais que reconheçam o valor dos saberes historicamente marginalizados. Recomenda-se, portanto: a) a inclusão de cláusulas afirmativas nas PDCs; b) a participação de comunidades internas e



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

externas na definição dos critérios de seleção de obras; c) a valorização de editoras e autores comprometidos com a diversidade racial, cultural e territorial; d) a formação continuada de profissionais da informação com enfoque crítico, antirracista e decolonial.

A biblioteca, enquanto espaço de memória, disputa simbólica e mediação do conhecimento, pode se tornar um potente instrumento de transformação social — desde que suas políticas internas estejam alinhadas a um projeto ético de enfrentamento às desigualdades estruturais que atravessam o campo educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENTO, M. A. S. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 27 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

CHIU, A.; ETTARH, F.; FERRETTI, J. Not the shark, but the water: how neutrality and vocational awe intertwine to uphold white supremacy. In: LEUNG, S. Y.; LÓPEZ-MCKNIGHT, J. R. (org.). **Knowledge Justice: Disrupting Library and Information Studies through Critical Race Theory**. Massachusetts: The MIT Press, 2021. p. 49–71. Disponível em: <https://direct.mit.edu/books/book/5114/Knowledge-JusticeDisrupting-Library-and>. Acesso em: 27 maio 2024.

ESPINAL, I. R. A new vocabulary for inclusive librarianship: applying whiteness theory to our profession. In: CASTILLO-SPEED, L. (org.). **The Power of Language/El poder de la palabra**. Englewood: Libraries Unlimited, 2001. p. 131–149. Disponível em: http://works.bepress.com/isabel_espinal/5/.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C. *et al.* Branquitude desvelada: investigando o vocabulário racial nos estudos críticos em biblioteconomia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ANCIB, 2024. p. 1–17. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2752>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.



IV Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

23, 24 e 25 de setembro de 2025

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

SANTOS, B. de S. **La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. Bogotá: Universidad nacional de Colombia, 1998.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, p. 3–46, 2007.

VERGUEIRO, W. de C. S. **Seleção de materiais de informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.